
Corpo, gênero e sexualidade: discussões

Corpo, gênero e sexualidade:
um debate contemporâneo na
educação.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane
Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre
(Orgs.).

Petrópolis: Vozes, 2003. 191 p.

Essa obra, composta por 13 capítulos, é de autoria de pesquisadores participantes de dois grupos de estudos, a saber: *Geerge* (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, ligado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e *Grecco* (Grupo de Estudos sobre Cultura e Corpo, ligado ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Tendo como ponto de partida (e de chegada!) um artigo de jornal que estabelece

relações entre o aumento do número de mulheres que trabalham fora do âmbito doméstico e o crescimento da obesidade na população norte-americana, Dagmar Estermann Meyer defende, no primeiro capítulo, o conceito de gênero como instrumento teórico e político para o estranhamento das desigualdades sociais, bem como um recurso para os educadores na medida em que possibilita a desnaturalização das verdades (incluindo as produzidas pelo discurso científico). Para sustentar esses argumentos, Meyer retoma o conceito de gênero sob o enfoque do feminismo pós-estruturalista, que compreende a linguagem como, para além de representação, produção de corpos femininos e masculinos. Nessa perspectiva, gênero é ferramenta para a desnaturalização, apontando para a polissemia de masculinidades e feminilidades que se articulam a muitas 'marcas' sociais como classe, etnia, entre outras. Finalmente, a autora exercita esse olhar tecendo questões no âmbito educativo, para então retornar à notícia com que abre seu texto, destacando como as pedagogias culturais podem, ao veicular determinadas 'descobertas científicas', mascarar suas condições de

produção, reproduzindo representações de gênero em vez de fomentar reflexões que as concebiam como historicamente constituídas.

No segundo capítulo, Silvana Vilodre Goellner, tendo como referência os Estudos Culturais e a História do Corpo, igualmente defende que a linguagem constrói o corpo (sendo este não apenas organismo, mas também os adereços e gestos que o formatam), conferindo-lhe marcas de feiúra ou beleza, anormalidade ou normalidade. Se por um lado a autora atesta a historicidade do corpo, ressalta também que a classificação é sempre política, já que implica exclusão de uns corpos e aceitação de outros. Goellner aponta, ainda, que atualmente o corpo ocupa lugar central na definição do sujeito: criar um corpo esbelto, sarado, é marcar uma identidade. Além disso, o cuidado para tornar o corpo saudável – tal como prescrito pelas pedagogias culturais – é dever, tarefa que, se não cumprida, revela ‘desleixo’. Goellner historiciza as práticas sociais de cuidado com o corpo; lembra que se nos séculos XVI e XVII os banhos eram considerados como danosos à pele, e que a partir do século XVIII o asseio é visto como fator fundamental para a conservação do corpo – um corpo que, tal como as máquinas a vapor desse período, foi objeto da ciência para que se tornasse limpo, produtivo, trabalhando sem desperdício de energia. Convergiam para esse fim medidas educativas que condicionavam os gestos; a ginástica dava forma ao físico, aos sentimentos e ao caráter. O escrutínio médico hierarquizava sujeitos de acordo com pistas biológicas: cor de pele, sexo anatômico, formato do crânio. A autora sinaliza que ainda hoje estamos sujeitos a alguns desses valores, enquanto outros se perderam. Alerta que próteses, implantes, vitaminas oferecem restrições e liberdade, pois ampliam funções e expressões corporais, sendo também formas de disciplina e controle.

Guacira Lopes Louro, no terceiro capítulo, inicia reconhecendo a imprevisibilidade e a metamorfose constante como marcadores, desde a década de 1960, para nosso tempo. Refutando o imobilismo que pode resultar de um retorno ao passado, propõe que educadoras e educadores assumam essas mutações que os confrontam, como mola propulsora para discutir idéias como a de ‘tolerância’ e ‘aceitação da diferença’, com o intuito de refletir sobre os currículos e a prática pedagógica. A autora salienta que as novas identidades culturais (que se distinguem do modelo central de homem branco ocidental, classe média e heterossexual),

mais do que revelar múltiplas posições de sujeito, não devem ser tomadas como novo centro, pois tal movimento corresponderia simplesmente à inversão dos pólos margem e núcleo. Por outro lado, não se pode desconsiderar o caráter referencial – ainda que da ordem da ficção – que o padrão central assume na construção dos currículos: ser homem, por exemplo, acaba sendo naturalizado na medida em que se consolida como a norma, em relação à qual se estabelece, como excêntrico, alternativo, “o dia da mulher”. A tolerância, logo, é assimétrica. Louro propõe uma mudança epistemológica: que sejam questionados os discursos de ‘aceitação’ das diferenças, em prol de uma reflexão acerca das condições de produção dessas diferenças, dos modos pelos quais elas são construídas; que as identidades culturais que parecem estranhas em sala de aula sejam apreendidas na sua transitoriedade e complexidade, e possibilitem a educadoras e educadores reconhecer o caráter igualmente inventivo, produzido historicamente, de suas próprias ‘figuras’.

Partindo dos Estudos Culturais e das contribuições de Michel Foucault para os Estudos Feministas, Jane Felipe Neckel se propõe, no quarto capítulo, a discutir a erotização das imagens femininas, especialmente no que se refere às meninas. Mesmo as pequenas se deparam com a construção cultural de um corpo pela mídia que, através de sacrifícios e múltiplas formatações, seria a materialização de uma beleza inerente ao feminino, naturalmente fútil e fetichizada. A autora retoma Shirley Steinberg¹ para localizar na década de 1950 o direcionamento de produtos específicos para o cuidado com o corpo das/para as crianças. Ao consumo são associadas imagens que articulam infância e desejo, o que Tatiana Landini² explicita como a existência de uma “erótica infantil”. Assim sendo, Neckel aponta uma contradição, pois, ao mesmo tempo que se condenam veementemente atos sexuais que envolvam crianças e adultos, cria-se uma esfera comercializável na qual as crianças e a sedução se entrelaçam, em um tipo de ‘pedofiliação’ generalizada. Partindo desse ponto, Neckel historiciza a pedofilia, passando pelos conceitos dicionarizados e por práticas sexuais com crianças em diferentes tempos e culturas. A autora rompe com noções estereotipadas e naturalizantes, afirmando que a eleição do alvo sexual é construída historicamente por um determinado coletivo. As imagens que povoam nosso cotidiano, portanto, devem levar a um questionamento acerca dos processos de

constituição das identidades de gênero de adultos e crianças.

Jimena Furlani, no quinto capítulo, busca discutir a educação sexual para crianças sob uma perspectiva em que a sexualidade constitui o sujeito em todas as etapas de sua existência, o que requer da escola uma dedicação continuada a essa temática, e não apenas em atividades localizadas. Esta proposta tem como norte a desconstrução de padrões acerca da sexualidade; partindo da linguagem com a qual educadoras e educadores introduzem as discussões em sala de aula, Furlani enfatiza que a escola não apenas reproduz modelos de normalidade, mas também os engendra. Para a autora, a escolha do vocabulário que se utiliza está atravessada pelas relações de poder. O uso do 'homem', enquanto genérico, para tratar da espécie humana é criticado por Furlani, que o localiza em um momento histórico anterior ao movimento feminista. De modo semelhante, a frase "meninos têm pênis, meninas têm vagina" pontua na menina um órgão que não é visível, o que traz mais confusão do que explicação sobre as diferenças anatômicas. Por outro lado, esse modo de associar a sexualidade à reprodução implica manter a heterossexualidade como modelo, bem como menosprezar o prazer e outras práticas sexuais que não a penetração vaginal. Seguindo a autora, a ênfase no 'aparelho reprodutor' desconsidera que a sexualidade está presente em crianças e idosos, favorecendo a cristalização de preconceitos.

No sexto capítulo, Rosimeri Aquino da Silva e Rosângela Soares pretendem discutir as relações entre a escola e as concepções de juventude produzidas pela mídia, através de exemplos da emissora MTV e dados coletados em uma pesquisa realizada em uma escola pública de Porto Alegre. O artigo busca problematizar as falas de professoras e professores que focalizam a influência da mídia sobre a juventude e advogam que os interesses dos jovens estariam predominantemente fora dos muros da escola. Por um lado, as autoras destacam que as relações entre mídia, juventude e escola são complexas; se a tendência escolar é sustentar algumas normas, concordando com Guacira Louro³ que os currículos podem fixar, por exemplo, um modelo de heterossexualidade, a televisão pode explorar outras possibilidades, como a homossexualidade. De outra parte, a escola não se resume à esfera cognitiva, potencializando espaços sociais de encontros e exercício da sexualidade para os jovens. Dessa feita, as autoras retomam Louro:⁴ é preciso que se atente para

aquilo que a escola nega e produz, para identidades sociais marcadas por etnia, classe, geração e gênero que ali se constituem.

Alex Branco Fraga, no sétimo capítulo, parte de uma matéria publicada pela revista *Veja* que traz uma entrevista com João Paulo Diniz sobre um acidente de helicóptero por ele vivenciado, que culminou com a morte de sua namorada, a modelo Fernanda Vogel. O autor não visa a investigar outro possível desfecho para o acidente, tampouco identificar supostos culpados, mas sim atentar 'ao texto'. Fraga enfoca a sutil contraposição entre o estilo de vida de João, calcado em uma rigorosa e intensa rotina de exercícios, e o de Fernanda, que aparece caracterizado pelo pedido do namorado para que deixe de fumar. Para o autor, esse discurso sintetiza de certa forma algo disseminado na contemporaneidade, a saber, a valorização de um estilo de vida no qual o sujeito investe em si mesmo por meio da 'boa forma'. Esse discurso hoje vem tomando um rumo um tanto 'mórbido', responsabilizando o sedentário pelo próprio destino infeliz. Assim, a despeito da imagem de *top model* estampada nas revistas, Fernanda perdeu pela fraqueza na corrida pela saúde. Fraga destaca esse episódio na medida em que põe em relevo, de um lado, o modelo hegemônico de masculinidade e, de outro, a repetição de um padrão que recita que a mulher, 'por ter menos fôlego', submerge.

O oitavo capítulo, de Sandra dos Santos Andrade, inicia pela análise de uma seção da revista *Boa Forma* intitulada "Desafio de verão". O referido segmento revela exercícios de poder, dado o caráter disciplinador e prescritivo assumido pela revista. O controle do corpo feminino, materializado nas rotinas de atividades físicas e restrições alimentares, incita a um determinado tipo de consumismo, pois não seria o ascetismo o caminho para o corpo ideal, mas o consumo de produtos específicos que adquirem o rótulo de 'saudáveis'. Aliás, Andrade destaca que continuamente o modelo de beleza se funde ao de saúde. A autora salienta ainda que, embora as palavras enfatizem que para seguir adiante em uma dieta basta força de vontade e autocontrole, as imagens de alimentos veiculadas pela revista são manipuladas cuidadosamente para mobilizar o desejo. Andrade localiza a importância de refletir sobre esses aspectos na medida em que o corpo, não sendo separado da mente, está implicado nesses processos educativos das pedagogias culturais.

No nono capítulo, Márcia Luiza Machado Figueira propõe abordar a revista *Capricho* no

que se refere à constituição do corpo adolescente feminino na contemporaneidade. Isso porque, se ao tratar das atividades físicas, dicas de moda e embelezamento o corpo editorial da revista se coloca como orientador da adolescente para que se produza como um sujeito singular, Figueira considera que se 'produzem' saberes que 'criam' um determinado modelo de corpo, de menina de classe média, branca e heterossexual. As *top models* são tomadas como norte, 'glamourizando' um estilo de vida no qual a vigilância constante da própria aparência surge como naturalmente feminina. A autora enfatiza que a revista educa não apenas pelo que afirma, mas ainda pelo que nega: o corpo obeso, ameaça vislumbrada que sustenta o autocontrole, não é retratado nas páginas da revista. Figueira aponta também que a revista classifica como 'defeitos' aspectos que constituem o humano no corpo da grande maioria das mulheres: estrias, celulite, rugas ou espinhas são apresentadas como 'anomalias' que precisam ser urgentemente extirpadas.

Rosângela Soares, autora do décimo capítulo, discute, através da análise da versão *gay* do programa *Fica comigo* da MTV, a dimensão política da sexualidade, já que relacionada à normatização e jogos de poder que a sustentam. A autora destaca as medidas cautelosas tomadas pela emissora para a realização do programa, como escolha minuciosa dos participantes (tanto os protagonistas como a platéia) e abordagem prévia da temática da homossexualidade em outros programas da grade. Essas condições, de acordo com Soares, engendraram um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que marcaram a diferença do episódio *gay* em relação aos demais, maquiaram uma semelhança com os programas em que os casais eram heterossexuais. Assim, 'criou-se' um homossexual próximo da normalidade, em uma tolerância que negou outras formas de viver a homossexualidade, mantendo o ponto de vista da heterossexualidade como padrão regulatório.

Ruth Sabat, no décimo primeiro capítulo, reflete acerca da publicidade, naquilo que ela representa enquanto modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. Ainda que apareçam sob a égide do prazer e da descontração, informes publicitários educam: partem de concepções existentes na sociedade, fixando-as, de modo que o público possa compreendê-las e tomá-las como parâmetros reguladores da vida social. Assim, a unidade entre imagem e palavra da publicidade delimita significações, embora isso não garanta que o

público não possa estranhar e estabelecer outras relações e formas de compreender o que está sendo transmitido.

A autora do décimo segundo capítulo, Claudia Cordeiro Rael, utiliza três desenhos animados da Disney a fim de discutir de que forma os discursos de gênero são veiculados, construindo um modo (ideal) de feminilidade. Rael afirma que tais desenhos se valem de diversos recursos simbólicos, como por exemplo o uso de cores claras e traços finos e suaves para representar as heroínas e cores escuras e linhas grossas conformando o grotesco para designar as vilãs e os vilões. As heroínas são consideradas como diferentes pelo coletivo, e esse coletivo é porta-voz do discurso que define o que é ser mulher, discurso esse que parte do binarismo masculino/ feminino, no qual a mulher aparece como aquela que ocupa o espaço doméstico, embelezando-o, e responsabiliza-se pela educação e cuidado do marido. A autora reconhece aí a reprodução de padrões dominantes de sexualidade e a produção de identidades.

Edvaldo Souza Couto, autor do décimo terceiro capítulo, explicita o debate sobre as intervenções tecnológicas não apenas na atividade humana, mas também nos corpos. Dada a complexidade da atualidade, alguns autores defendem que seria necessário um novo corpo, mesclado à cibernética, para a sobrevivência. Couto traz à tona a reflexão filosófica sobre o que definiria o ser humano nessa perspectiva. O autor apresenta práticas de modificação das microestruturas corporais, bem como discursos que preconizam a presença de nano-robôs reguladores dos processos de alimentação e funcionamento interno do corpo, redimensionando o papel dos próprios órgãos. As cirurgias estéticas reparadoras, então, seriam superadas pelas cirurgias transgênicas. O autor destaca como concepções de saúde e doença metamorfoseiam-se nesse contexto pós-humano e pós-biológico.

Finda a leitura da obra, penso que o fio condutor (apesar das dissonâncias entre autores) é uma concepção do corpo como social e historicamente construído em discursos, atravessado pelas relações de poder. As pedagogias culturais e suas implicações na constituição das identidades de gênero, de modos de experienciar, configurando a corporeidade, foram igualmente uma constante. A linguagem é questionada como mero reflexo especular do real, sendo concebida como processo que normatiza e constitui sujeitos.

Recortes de jornal e revista, desenhos animados... todos são reconhecidos como produtos e produtores de saberes, sendo, portanto, importantes objetos de investigação. Fundamental essa perspectiva, na medida em que nos incita ao estranhamento: fecho o livro, coloco-o na estante e ligo a televisão. Em uma emissora, uma propaganda de desodorante mostra homens com vestidos vermelhos dançando e pessoas em uma arquibancada tampando os narizes, e aparece a mensagem (escrita): "Por que os homens não são líderes de torcida? Por que transpiram mais que as mulheres". Penso... Trata-se então, simplesmente, de uma questão biológica, de odor e suor, o que designa às mulheres vestidinhos justos e movimentos sensuais, que ocupam o centro da quadra para entreter o público enquanto o (verdadeiro?) jogo não começa? Aciono o controle remoto, outra emissora; em um comercial de novela, o ator José Mayer pergunta a Susana Vieira: "O que te faz ter tanta certeza que tua filha está por perto?" "Meu coração de mãe". Penso no poder desse (suposto) instinto materno, que 'naturalmente' transpõe todas as barreiras e infalivelmente identifica, pelo sentimento, um filho perdido... Sorrio e desligo a televisão.

Notas

¹ STEINBERG, 1997.

² LANDINI, 2000.

³ LOURO, 2000.

⁴ LOURO, 1997.

Referências bibliográficas

- LANDINI, Tatiana Savóia. *Pornografia infantil na Internet: proliferação e visibilidade*. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- . "Corpo, escola e identidade". *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.
- STEINBERG, Shirley. "Kundercultura: a construção da infância pelas grandes corporações". In: SILVA, Luiz Heron da et al (Org.). *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: PMPA, 1997. p. 98-145.

Kelly Bedin França ■
Universidade Federal de Santa Catarina